



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA

EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS AND ITS IMPORTANCE IN THE FORMATION OF CITIZENSHIP

Letícia Ecard Rocha¹, João Paulo de Oliveira Faria²

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA foi sempre marcada por alterações e mudanças que alteraram essa modalidade de ensino no que é hoje em dia. A EJA, além de ser um instrumento para acesso daqueles que sempre ficaram à margem da sociedade e não tiveram condições de estudar, é um começo para a redução do distanciamento social que se apresentou por meio da desigualdade no país. Assim, entender como a Educação de Jovens e Adultos se consolidou permitindo que se compreenda a importância do processo de escolarização. A investigação foi realizada por meio de um estudo bibliográfico que ajudou a compreender que a EJA é uma forma de fornecer justiça social e um caminho de possibilidades para adultos que abandonaram o estudo, não puderam concluí-los ou precisam cursar a educação básica em outro horário. Pontua-se, que a modalidade estudada é relevante para diminuir o analfabetismo no Brasil e abrir espaços e oportunidades para indivíduos que precisam ser lembrados acima de tudo como cidadãos.

Palavras-chave: Educação Brasileira; EJA; Ensino.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) has always been marked by changes and alterations that have changed this type of education into what it is today. In addition to being an instrument for accessing education for those who have always been marginalized by society and have not had the means to study, EJA is a beginning for reducing the social distancing that has arisen through inequality in the country. Thus, understanding how Youth and Adult Education has been consolidated allows us to understand the importance of the schooling process. The investigation was carried out through a bibliographic study that helped to understand that EJA is a way of providing social justice and a path of possibilities for adults who have abandoned their studies, were unable to complete them or need to attend basic education at another time. It is worth noting that the modality studied is relevant for reducing illiteracy in Brazil and opening spaces and opportunities for individuals who need to be remembered above all as citizens.

Keywords: Brazilian Education; EJA; Teaching.

INTRODUÇÃO

A EJA possui grande importância para a valorização do cidadão como pessoa, capaz de alcançar seus objetivos, acreditando que nunca é tarde para lutar por um conhecimento e atuar no seu próprio destino. Ao observar os alunos que frequentam o ensino na modalidade EJA, é possível perceber que a oportunidade de ter acesso à alfabetização se transforma em motivação para que possam modificar a sua realidade, agindo ativamente na sociedade em que estão inseridos.

Hoje a educação está mais próxima de se alcançar, apesar de alguns obstáculos que ainda devem ser superados, no entanto a oportunidade de formar cidadãos com liberdade de expressão, independência e autonomia faz com que muitos se engajem nessa luta. A educação é uma forma de se conquistar um futuro melhor e acreditar que mudanças ocorrem para os que buscam e atuam ativamente para que elas aconteçam.

A EJA valoriza o cidadão como pessoa capaz de modificar seu próprio mundo, que vê a educação como uma forma de transformação independentemente da idade ou da condição financeira, deixando de lado o preconceito ou a vergonha para ingressar na luta pela dignidade. Assim, torna-se um desafio, não só para administradores governamentais, universidades, professores, como também para toda a sociedade e o próprio aluno.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre a temática do Ensino EJA, demonstrando a importância desse tipo de ensino na formação socioeducacional do aluno, como ferramenta construtora do conhecimento e não apenas

mais um método que compõem o ensino aprendizagem. Mostrar que o ensino para Jovens e Adultos na EJA, deve ser contextualizado para que o aluno tire o máximo de experiência de vida, que aprenda a estimular novas ideias, buscando soluções para problemas e situações que envolve seu cotidiano e ajude nos desafios de seu trabalho. E tem como principal metodologia uma revisão bibliográfica, com fontes referenciais secundárias, baseadas em artigos científicos, livros e documentos oficiais.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos sempre foi alvo de discussões e de questionamentos, e isso se deve a maneira como a modalidade foi abordada desde o começo pela sociedade e pela própria escola. O aluno que recorre a EJA para completarem seus estudos, por causa do preconceito social que se instituiu, passou a ter uma imagem marginalizada, sendo aquele que pouco aprende, que não possui uma cultura suficiente ou inferior, rotulado como um sujeito com habilidades insuficientes para atuar em diferentes ambientes, já que não sabem ler ou escrever.

De acordo com Cury (2016) a EJA foi marcada por uma trajetória de domínio da classe dominante sobre a classe dominada. É como se a educação designada a pessoas menos afortunadas das classes populares fosse uma espécie de assistência, e não um direito institucional.

De acordo com Gohn (2001) os primeiros indícios no Brasil a respeito do que hoje se denomina Educação de Jovens e Adultos remontam aos Jesuítas, durante o Período Colonial, articulada ao trabalho de catequização. No Brasil Império, em 1876, ocorrem os registros inaugurais do Ensino Noturno para adultos, intitulado de educação ou instrução popular. Com a Lei Saraiva, em 1882, proíbe-se o voto do analfabeto, momento em que se associa a escolarização à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e à incompetência.

Barreto e Bezerra (2014), salientam que para conseguir institucionalizar o ensino, os Jesuítas passaram a estabelecer normas que foram padronizadas para que as ações e comportamentos dos índios ficassem de acordo com as necessidades dos seus colonizadores, o que compreendia a educação e a fé. Era necessário que os índios aprendessem sobre o processo colonizador para serem usados como mão de obra, o que também aconteceu com os negros escravizados. O intuito sempre foi a conversão a fé

católica, assim os nativos teriam que aprender a ler e escrever. No entanto, tempos depois, se estabeleceu no país as escolas para os colonizadores e seus descendentes.

Embora a base educativa do país ser a educação focada para as crianças, os adultos precisavam ter acesso ao ensino oferecido para compreender o que os colonizadores ordenavam. A educação das crianças era mais simples, e havia um grande interesse nela, pois através das crianças eles poderiam construir uma nova geração que obedecessem às determinações da igreja e do Estado.

Para Galvão e Di Pietro (2015, p. 32):

O plano de trabalho com as crianças era compreendido como fator primordial para os colonizadores, já que os adultos eram considerados por eles como indivíduos com pouco ou sem nenhum conhecimento científico válido, ou seja, não se podia contar com eles para os planos da Coroa. Desse modo, consideraram a ideia de que as crianças deveriam ser separadas de seus familiares para não aprenderem a cultura “bárbara” dos seus genitores.

Romanelli (2014) esclarece que o ensino que foi apresentado pelos Jesuítas entusiasmou, tanto o império quanto a república, pois transformou a educação em um sistema de classes, expandindo a oferta escolar para as camadas mais pobres. Assim, tudo permaneceu sem mudanças e nenhuma reformulação foi feita para ser considerada significativa.

Para Galvão e Di Pietro (2015, p. 23):

Foi através da constituição de 1824 que se passou a oferecer o ensino primário para todas as pessoas, inclusive os adultos. Embora essa proposta parecesse interessante e legal, na prática ela não funcionava como deveria, pois os profissionais não recebiam qualquer tipo de formação e demonstravam total despreparo, já que tinham poucos professores atuando, além de ter poucas escolas estruturalmente ruins, funcionando sem organização ou qualquer plano de ação coerente.

Os autores complementam que no ano de 1824, com a promulgação da primeira Constituição Brasileira, o direito à instrução primária e gratuita para todos os cidadãos foi garantida judicialmente.

De acordo com Beisiegel (2014, p. 22):

Durante o século XIX, a alfabetização de adultos e a instrução elementar permaneceram na esfera escolar, dependentes dos interesses de oligarquias regionais, da fragilidade de recursos financeiros para seu desenvolvimento ou de grupos e pessoas que assumiram tal tarefa educativa, na esfera do doméstico e em outros âmbitos do espaço urbano.

Com a chegada de D. João VI, a corrente de pensamento ligada a uma liberdade para todos, onde a escola ganhava posições de mando, a família Real influenciou a reestruturação social e política no Brasil, mas nada se acrescentou a educação e aos pobres, os benefícios foram destinados à classe dominante, pois o governo não pensou na necessidade de uma educação a favor dos adultos na sociedade como forma de valorizar a independência do cidadão.

Aranha (2016) esclarece que no Ato adicional de 1834 a educação básica foi administrada pelas províncias, a qual não tinham recursos e nem qualificação para propor educação para uma população que era pobre. Devido a quantidade de pessoas analfabetas buscou-se uma solução rápida para resolver essa situação, assim foi utilizado um método chamado Lancaste, os alunos monitores, que sabiam um pouco, ajudavam aqueles que sabiam menos, o governo imperial era responsável pela educação da elite, o colégio D. Pedro II era exceção, pois era mantido pelo poder central e tinha como objetivo servir de modelo para as escolas provinciais.

No ano de 1930, surge a necessidade real da educação para jovens e adultos, a transformação da mão-de-obra exigida pelas indústrias e fábricas, novos maquinários que tinham instruções onde os trabalhadores precisavam aprender para manuseá-los, que se fazia necessário uma mudança no preparo da mão-de-obra. Assim, os trabalhadores precisavam aprender a ler, e a escola começa a preparar o trabalhador em função do desenvolvimento do Brasil.

Haddad e Di Pietro (2000, p. 119) salientam que:

A Constituição de 1934 propôs um Plano Nacional de Educação fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, determinando de maneira clara as esferas de competência da União, dos estados e municípios em matéria educacional: vinculou constitucionalmente uma receita para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram conformar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação.

Assim, a partir de 1940 a educação de pessoas adultas tornou-se objeto de uma política nacional, com verbas e ações estratégicas em todo Brasil. De acordo com Beisegel (2004), neste período, aconteceram mudanças importantes na economia e na organização política, em nome de um projeto de desenvolvimento do país, como a diversificação da economia, a criação de uma política que incluísse as massas populares, a industrialização entre outros.

Para Barros (2011) a criação do Serviços de Educação de Adultos (SEA), no ano de 1945 foi um marco que revelou a mudança de status da educação de adultos na agenda nacional. A autora complementa que:

Como serviço especial do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, visava reorientar e coordenar a execução dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos e desenvolveu um conjunto representativo de atividades, destacando-se a integração de serviços educacional já existentes no campo, a produção de material didático e a mobilização da opinião pública sobre a educação de adultos. Consoante ao contexto sócio-histórico e demandas sociais, em níveis nacional e internacional a educação de adultos, enquanto iniciativa do Estado, assumiu a forma de uma campanha massiva de alfabetização: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), lançada em 1947.

Em 1950 ocorreu uma grande campanha nacional, que visava acabar com o analfabetismo, no qual a educação de adultos era necessária com a chegada do Mobral (Programa de Alfabetização de Adultos) em 1967, foi uma junção do antigo curso primário que tinha como objetivo dar oportunidades aos jovens de se inserir na educação. Para Barros (2011), o Mobral foi uma resposta dada pelo Estado à situação do analfabetismo no país e constituiu-se como organização federal autônoma, articulada às Comissões Municipais, que eram responsáveis pela execução das atividades. A autora complementa que:

Previa-se que em dez anos, o analfabetismo, classificado pelo presidente e em discursos da época como vergonha nacional seria erradicado. O Estado novamente toma frente na oferta educativa e o Mobral é seu instrumento, imposto sem consulta ou participação da sociedade em seu delineamento. (BARROS, 2011, p. 157)

De acordo com Ribeiro (1997) as atividades propostas pelo Mobral, objetivava conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a comunidade, permitindo assim, melhores condições de vida.

Haddad e Di Pietro (2000, p. 123) esclarecem que:

Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985, quando o processo de abertura política já estava relativamente avançado. O montante de recursos de que dispunha já havia diminuído e o que ficou da estrutura foi aproveitado pela Fundação Educar, que passou a apoiar, tanto financeira como tecnicamente, iniciativas dos governos estaduais e municipais e entidades civil, abrindo mão do controle político pedagógico que caracterizava a ação do Mobral.

Nos anos 90, a Fundação Educar foi fechada, por causa do desinteresse do Governo na educação de adultos, assim, os estados e municípios assumiram a responsabilidades desses alunos.

A principal conquista da EJA foi a garantia do direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, aprovado na Constituição de 1988 e apoiada pela Lei 9394 de 1996. Com a nova Constituição a Educação de Jovens e Adultos passou a ter o mesmo grau de importância dos níveis de ensino, garantindo o direito a todos terem acesso à educação, independentemente da idade que o aluno tenha, mas tendo o estado obrigação de mantê-la.

A lei 9394/96, além de garantir o direito de acesso e permanência na escola, destaca a obrigação de um ensino que atenda às necessidades de cada aluno, como metodologia e principalmente abordagem pedagógica, observando sempre a experiência de trabalho adequada ao aluno que está frequentando a Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com Haddad e Di Pietro (2000) alguns programas foram implementados, podendo citar: em 1996 o Plano Nacional de Formação do trabalhador; 1997 o Programa de Alfabetização Solidária, em 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e em 2003 o Brasil Alfabetizado, que teve como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Os autores esclarecem ainda que esses programas guardam entre si, pelo menos dois traços em comum, nenhum deles é coordenado pelo Ministério da Educação e todos são desenvolvidos em regime de parceria, envolvendo diferentes instancias governamentais, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa.

Paiva (1987, p. 5) evidencia que:

A escola dos jovens e adultos seja um espaço de encontro, onde possam falar de si, de suas experiências; trocá-las; trocar afetos e afinidades; sentimentos. Onde sejam reconhecidos e valorizados como pessoas, como trabalhadores e em função social digna. Que as suas falas sejam levadas em conta, como a de seus professores. Que sejam considerados como interlocutores que podem ser escutados pelo muito que tem a dizer.

Muito já foi feito, mas não se pode acomodar com os avanços alcançados, é importante dar continuidade a busca total da erradicação do analfabetismo no Brasil, conforme diz a Constituição “a educação é um direito de todos”.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos tem papel importante no contexto histórico-social, na construção da vida dos alunos, considerando o papel transformador da educação, porque quanto mais contato os alunos têm com a alfabetização, mais eles se tornam independentes e críticos.

Essa modalidade educacional resgata um tempo, que por uma determinada causa, jovens e adultos não puderam concluir ou até mesmo começar seus estudos. E o objetivo da EJA é incluir esses indivíduos no contexto educacional, social, econômico e cultural para assim contribuir para que esses indivíduos possam obter uma qualificação e um crescimento profissional, para melhor atuar no mercado de trabalho e na sua vida pessoal.

Para Vieira (2004), a Educação de Jovens e Adultos é tão importante que deve ser tratada juntamente com outras políticas públicas e não isoladamente.

Para Libâneo (2000) muitos jovens e adultos voltam para a escola motivados pela perspectiva de conseguir um emprego e uma melhor qualidade de vida. A seleção para ocupar um posto de trabalho privilegia quem tem um bom desempenho escolar. Assim, à medida que a sociedade se desenvolve, surge a necessidade da escolarização, as mudanças no mercado de trabalho vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades e as pessoas se sentem obrigadas a procurar uma escolarização na tentativa de conseguir um emprego melhor, melhorando assim suas condições de vida e principalmente uma satisfação pessoal.

A Secretaria de Estado e Educação do Estado do Mato Grosso (SEDUC-MT, 2005, s/p.) salienta que a EJA é uma modalidade de ensino que, a princípio possui três funções básicas, que são:

Reparadora, que prove a inserção do aluno jovem e adulto no meio escolar, inclusive oferecendo ensino de qualidade; a função **equalizadora**, que prevê oportunidades iguais para todos, inclusive tendo acesso a novas formas de trabalho e cultura; e a função **qualificadora** que está ligada à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano e sendo mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

A SEDUC (2005, s/p) complementa que promover a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade certa, proporcionar condições para que essa parte da sociedade construa sua cidadania e possa ter acesso à qualificação profissional, aumentando assim, as taxas de escolarização.

A EJA é uma modalidade de ensino de suma importância no cenário educacional, porém apesar dos muitos avanços, ainda há muito a ser feito, para conseguir universalizar

o acesso à educação de toda população brasileira e garantir aos seus alunos a matrícula e permanência na escola.

Os estudantes da EJA e seus objetivos

Existe uma variedade de características dos estudantes da EJA, tais como diferentes idades, experiências de vida e bagagens culturais. Mas por outro lado existem algumas expectativas e experiências que são comuns a maioria dos estudantes, que é a dificuldade ou a impossibilidade de realizar os estudos na idade adequada, necessidades relacionadas ao trabalho, expectativas de aprendizagem e principalmente o desenvolvimento pessoal.

De acordo com Moraes (2006, p. 5)

O aluno da EJA apresenta um conjunto de características muito peculiar que envolve o retorno à escola como sendo a via possível para alcançar postos mais elevados no mercado de trabalho, um lugar nesse mercado, ou ainda, para as mulheres, donas de casa, em específico, uma oportunidade de vivenciarem uma atividade produtiva diferente das realizadas no interior do próprio lar. Em geral, esse aluno chega à escola com grande receio de não conseguir cumprir as exigências institucionais e, ao mesmo tempo, apresenta uma visão de escola completamente atrelada à perspectiva empirista de educação. Isto o leva a refutar quaisquer propostas de ensino que sejam distintas do conhecido e clássico modelo de uma aula transmitida via quadro de giz, com pouco diálogo, muita cópia e repleta de exercícios repetitivos para que o aluno execute.

Ao pensar nas práticas pedagógicas da EJA, é necessário que os educadores pensem nas particularidades de cada aluno, seus interesses, a faixa etária, condições econômicas e principalmente nos seus objetivos. Oliveira (2004) destaca que dentro da faixa etária da EJA se configura uma diferença de interesses, a depender da idade. Isso traz para as práticas pedagógicas mudanças com relação ao interesse, estímulo e modo de aprender de cada estudante.

De acordo com, Lopes e Souza (2015) a sociedade deve compreender que os alunos da EJA vivenciam problemas como discriminação, preconceito, vergonha, dentre outros e que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar quanto na sociedade.

Oliveira (2004, p. 59) salienta que:

O jovem tem um olhar para o futuro. Na transição da infância para a fase adulta está ligado às inovações tecnológicas, aos modismos dos meios de comunicação, ou seja, as mudanças que ocorrem no mundo. O adulto está interessado na vida profissional, na sua inserção no mercado de trabalho, olhando para a sua situação de vida presente. O idoso busca ser cidadão, viver a sua vida em sociedade, sendo

respeitado como pessoa e pelo seu passado, pela sua história de vida, almeja viver na sociedade com dignidade.

Cada pessoa, constrói um mundo dividido por circunstâncias e por suas características próprias. Assim, pode-se observar que os jovens e adultos que compõem a EJA estão longe de serem alunos para qual a escola foi planejada. São indivíduos com competência, mas que foram afastados de uma formação escolar considerada normal para a sociedade moderna.

Palácios (2005, p. 15) explica que:

Cada período da vida é suscetível de se identificar com uma série de papéis, atividades e relações que não cabem dúvidas de que a entrada no mundo do trabalho, a formação de uma unidade familiar própria é identificada como papéis, atividades e relações da maior importância a partir do final da adolescência. As formas como esses dois fenômenos ocorrem e as expectativas sociais em torno deles são claramente dependentes em relação a fatores históricos, culturais e sociais.

Assim, o ensino da EJA, proporciona aos alunos uma concorrência igualitária para ingressarem na sociedade e no mercado de trabalho. Graças à força de vontade dos alunos e a dedicação dos professores ao incentivar para que eles alcancem seus objetivos e ideais de vida. Esses alunos não escondem o cansaço depois de um dia de trabalho, enfrentam incansavelmente mais um dia de aula, lutam com dificuldades e com a esperança de que as oportunidades chegarão para uma vida profissional melhor e com mais dignidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitos programas foram criados para incluir o jovem e o adulto na escola básica, entre eles: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), PBA, Programa Nacional de Inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Apesar de todos os programas a taxa de analfabetismo continuava grande.

Mesmo com o Programa Brasil Alfabetizado, instituído pelo governo Lula, não progredimos o suficiente para termos realmente orgulho nessa área. O Programa Brasil Alfabetizado do MEC, mesmo com todo o trabalho desenvolvido, e a generosidade de seus promotores, ainda está abaixo do esperado. Milhões de brasileiros foram alfabetizados,

mas não conseguiram dar continuidade a seus estudos nos estabelecimentos de ensino. Se o alfabetizando não usa o que conhece acaba esquecendo o que aprendeu.

Com todas as transformações que a EJA passou no decorrer do tempo ainda sofre preconceito e é percebida como uma modalidade inferior da educação. As verbas orçamentárias para essa modalidade não correspondem a necessidade de alunos, professores e escolas no país. Pouco se investiu em formação daqueles que estariam atuando na EJA, por isso ela não tem o respaldo social que precisa para garantir princípios básicos para sua continuidade. (GADOTTI, 2018, p. 14).

Gadotti (2018) complementa que deveria investir no educador que atua na EJA, e esse merece ser construtor de propostas, ser meio de mudança entre saber e ensinar, mas essa é uma realidade que distante, pois quem ensina nessa modalidade encontra o discurso de uma função assistencialista, e por vezes não possuem capacidade para lidar com os problemas relacionados aos alunos e a limitação de si mesmos.

Formar educadores capazes de modificar a educação com a colaboração dos alunos é um caminho a se pensar. Precisam construir um olhar crítico e reflexivo sobre a prática para que tenham uma vitória na alfabetização. Não é aceitável que o analfabetismo vença todas as propostas educacionais, o olhar deve estar acima das reprovações.

Gadotti (2018) salienta que o analfabetismo representa uma negativa de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais como a falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego etc. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais.

Por isso o país apresenta propostas distantes da realidade o que contrasta elementos como ensinar e aprender na atualidade. E mesmo que no Brasil a EJA encontra-se voltada para as pessoas acima de 15 anos que não conseguiram concluir o estudo na idade oportuna, é importante que a educação a eles oferecida seja de qualidade, pois se a educação não for uma forma para mudar a realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA, como dito anteriormente, é uma modalidade de educação que por muitas vezes não tem recebido a importância nos olhares da sociedade e dos governos, no entanto é nesta modalidade de ensino que se observa os jovens, adultos e idosos em sua maioria trabalhadores que por vezes não tiveram oportunidade de frequentar a escola “na faixa etária apropriada”.

Dessa maneira, ainda tem que lutar por muitas conquistas, pois sua história mostra o contexto de seu surgimento e como ela vem se construindo, marcada por políticas de assistência do estudante, motivo o qual não favorece para que a EJA seja considerada como modalidade de Educação com suas especificidades e, que, portanto, deve ser tratada com a devida seriedade que a compete.

Na sociedade contemporânea em que vivemos, o desejo de aprender a ler e escrever é uma das exigências, e é este desejo que motiva essas pessoas a continuarem na escola, mesmo depois de um longo dia de trabalho. Esse anseio pela aprendizagem é comum na fala dos alunos, principalmente em atividades que teve a oportunidade de propor, assuntos que envolvia a vida dos alunos, ou mesmo o ambiente de trabalho o qual ele está inserido durante o dia. A condição da falta de domínio da leitura e escrita os colocam numa situação de inferioridade, na qual eles não querem e nem precisam permanecer.

Nunca deve ser deixado de lado os estudantes, assim como todo ser humano, constitui-se de aspectos de natureza biológica, social, afetiva e histórica. Esses inúmeros fatores precisam ser levados em conta no ato educacional, e se tratando os alunos da EJA, estes devem ser valorizados ainda em maior amplitude, pois esses indivíduos chegam à escola com muitas experiências adquiridas fora desse ambiente e que formam sua identidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. São Paulo: Moderna. 2016.

BESERRA, BARRETO, V.; OLIVEIRA, M. Trajetória da educação de jovens e adultos: Histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. **Cairu em Revista**. Jul/Ago 2014, Ano 03, nº 04, p. 1 64-190. Disponível em: <https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos>. Acessado em março de 2023.

BARROS, F. R. Alfabetização e Letramento na Educação de Jovens e Adultos, 2011. **Dissertação de mestrado** – Universidade Estadual de Campinas – SO.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. Brasília: Líder Livro 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em: novembro de 2022.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 2016.

- GADOTTI, M. **Educação de jovens e adultos: correntes e tendências**. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. 8.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2018. (Guia da Escola Cidadã)
- GALVÃO, A. M. O.; DI PIERRO, M. C. **Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil**. edições MEC/UNESCO. 2012.
- GOHN, M. da G. **Educação Não-formal e Cultura Política: Impactos sobre o associativo do terceiro setor**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época, v. 07)
- HADDAD, S.; DI PIETRO, M. C. **Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos**. Vol. 1, São Paulo em Perspectiva, 2000.
- LOPES, S. P.; SOUZA, L. S. **EJA – Uma educação possível ou mera utopia**. 2015. Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/revista_SelvaPLopes.pdf Acessado em março de 2023.
- MORAES, M. A. C. de. **Atuação psicopedagógica institucional na EJA: a prática da negociação nos processos de ensino e aprendizagem na escola**. Ciência e Letras. Porto Alegre, n.40, dez., 2006.
- OLIVEIRA, I. A. Princípios pedagógicos na educação de jovens e adultos. **Revista da Alfabetização Solidária**, v. 4, n.4, São Paulo: Unimarco, 2004.
- PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.
- PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artes Modernas, 2005.
- RIBEIRO, V. M. M. **Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo: Ação Educativa: Brasileira MEC/SEF, 1997.
- ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 37ed. 2014.
- SEDUC – MT Secretaria de Estado e Educação. Governo do Estado do Mato Grosso. Superintendência de Ensino e Currículo. Educação de Jovens e Adultos. 2005. Disponível em: www.seduc.mt.gov.br/download_file.php?id=501&parent=56 Acessado em março de 2023.
- VIEIRA, M. C. **Aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Vol. 1 Brasília: UnB/Cead, 2004.